

O Contestado – um centenário

José Arthur Rios ✓
Sociólogo

I

A guerra do Contestado é um fenômeno de grande complexidade, até há pouco, quase esquecido, riscado dos compêndios escolares, ou o que é pior, tratado sob o ângulo ideológico como “guerra camponesa” ou “revolta proletária”, o que lhe deturpa inteiramente o sentido.

Faltou ao conflito um Euclides da Cunha, um Érico Veríssimo, enfim, um escritor cujo talento teria dado a esse episódio o merecido relevo.

Grandes são as semelhanças entre o que Mario Vargas Llosa chamou de a “Guerra do Fim do Mundo” e a luta sangrenta travada nas florestas de araucárias, do Paraná. No entanto, existem agudas diferenças e distâncias entre os dois episódios, separados apenas por pouco mais de uma década.

A região em que se travou o conflito era isolada e remota, distante da civilização que estava ancorada na antiga Capital Federal, nas calçadas da Rua do Ouvidor e nas mesas da Confeitaria Colombo.

Nos vastos espaços entre o Rio Canoas e os contrafortes da Serra do Mar, entre Paraná e Santa Catarina abria-se, até meados do século XIX, um deserto de campos, matas e bosques de madeira preciosa. Aos poucos foi sendo invadido e povoado por tropeiros, criadores de gado, mascates itinerantes, em luta permanente com os índios caingangues e carijós. À margem dos caminhos que levavam o gado do Sul para o mercado de Sorocaba iam se fundando entrepostos, pousadas, arraiais, vilas mesquinhas – Lajes, Curitibaanos, Campos Novos. Reuniam oficinas, ferrarias, fabriquetas, curtumes, artesanatos de uso e comida, a igreja e o indispensável matadouro.

Nesses centros, fazendeiros prósperos construía casas alpendradas de onde governavam latifúndios de muitos alqueires e milhares de cabeças de gado. Daí, senhores de braço e cutelo, como se dizia em tempos coloniais, ditavam leis, faziam justiça. Eram todos “coronéis” – entenda-se, da guarda nacional, criação do Império. Um deles no início do século XX resolveu dividir em lotes uma de suas fazendas e vendeu-os a colonos de várias nacionalidades – poloneses, alemães, italianos. Introduziram na população novos contingentes étnicos os mazombos – filhos de europeus e nativos, mesclados aos caribocas – mestiços de índio e branco; e mais mulatos e negros africanos, resíduo da escravidão.

À criação do gado e à exploração da madeira veio somar-se o cultivo da erva mate (antes da chegada dos brancos, os guarani já a conheciam). Índios escravizados transmitiram o hábito aos brancos, paulistas e portugueses vindos do Rio Grande, que em contato com os espanhóis do Prata e os indígenas dos Sete Povos já mamavam o chimarrão.

O monopólio da erva imposto pelo governo revolucionário do Paraguai forçou os exportadores a buscarem os campos e matas de Santa Catarina e do Paraná. Peões plantavam o erval em clareiras abertas na selva, desmatadas a machado, queimando a erva em processo manual, rústico. “Os homens que descobriam os ervais e se internavam na floresta para o trabalho extenuante ao longo dos meses mais rigorosos, mal ganhavam às vezes para comer durante a maior parte do ano.” E continua o historiador: “...imensa a população seminua que povoa nossas cidades ervateiras, alguns mal calçados, a maioria descalça e maltrapilha”.

Saint Hilaire, percorrendo a região antes da Independência, viu e descreveu com sua precisão habitual, essa população cabocla, vivendo na floresta, em roças e casebres. E mais tarde Avé Lallemand corroborava a descrição do naturalista francês: “No centro de um milharal murcho, pequena casa de barro, coberta de palha, na qual arrasta a vida, um ou outro negro, ou índio manso, em constante perigo de ser atacado e assassinado pelos bugres, pois precisamente, os negros e índios mansos são os mais odiados pelos selvagens.”

É precisamente essa população – índios, mansos e selvagens, negros dantes escravos, depois libertos, imigrantes acabocladados, gaúchos maragatos, egressos das hostes de Gumercindo Saraiva, foragidos da ditadura castilhistas, fazendeiros, ervateiros, roceiros –, toda essa massa humana, que vai formar o exército dos chamados “fanáticos” do Contestado.

Faltava a esse conglomerado de classes e etnias o enquadramento institucional, a essência de uma sociedade agrária, um sistema organizado de colonização e propriedade da terra.

As vastas e indeterminadas sesmarias dos tempos coloniais foram se fragmentando pelo simples e direto apossamento dessas grandes

extensões. O ocupante chegava, tocava fogo no campo virgem, exterminava os bugres ou os escravizava, soltava o gado, esse era seu título de propriedade.

Ninguém – do fazendeiro, grande ou pequeno, até o roceiro – rigorosa ou juridicamente tinha propriedade. Todos eram posseiros. O preço da terra significava o risco de vida, a flecha do índio ou o punhal do capanga.

A norma era a violência. O Conselheiro Zacarias, ainda em tempos do Império descrevia hábitos e trajas dessa população da Serra Acima: “O ponche, as largas chilenas mais a indispensável cartucheira, a faca, as pistolas de que não se separavam ‘até nos templos do Senhor’. Enquanto os peões seminus dos ervais manejavam o facão afiado, arma e ferramenta.”

O esteio do poder do “coronel” era o jagunço. Surpreende esse designativo nos relatórios oficiais como no noticiário da época. Estávamos acostumados ao personagem nas páginas clássicas de Euclides da Cunha e na história social e política do Nordeste. Para o autor de *Os sertões* seriam os descendentes dos paulistas que subiam pela calha do São Francisco em busca de ouro e preando índio. A origem do termo seria uma arma de vaqueiro, o pau ferrado, o chuço. Passou depois a designar o homem que o usava, o cabra, o guarda-costas dos políticos, do senhor de engenho. É o homem de guerra, não forçosamente o cangaceiro, o bandido, o fora da lei, no qual, todavia, a perseguição policial e a conjuntura da vida poderão transformá-lo. Da Bahia o termo passou a todo o Nordeste e reaparece inesperadamente nos sertões de Santa Catarina e do Paraná.

Os primeiros autores que descrevem o jagunço pintam-no quase como um tipo racial, preocupados com a dosagem do seu san-

gue, paulista, cariboca ou mulato. Outros o descrevem como um degenerado, o criminoso nato de Lombroso. Quando menos, lhe aplicam classificações biológicas: é um ciclotímico, fanático por determinismo. Outros relevam no jagunço “a fisionomia mental do índio ressabiado” e lamentam que “a função arianizante” (*sic*) tivesse sido lenta na miscigenação.

Do jagunço ao cangaceiro há uma distância. Explicam-na as condições sociais. As lutas contra o índio primeiro; depois as disputas, não menos ferozes, entre famílias produzem esse tipo social. Emerge do fundo arcaico dessa sociedade segundo descrição de Djacir Menezes no Nordeste. Mergulha nas raízes do retardamento cultural onde nascem “esses desequilíbrios e desajustamentos que despertam na mentalidade coletiva, o pensamento soterrado de idades passadas”. Mais incisivo: “não vale a pena querer encontrar, nos traços somatopsicológicos do cangaceiro os estigmas da degenerescência e do crime... O cangaceiro não é muitas vezes o indivíduo que biologicamente está fadado à ação antissocial”.

Seriam foragidos do Nordeste, migrantes evadidos da polícia baiana ou pernambucana, esses jagunços que vão lutar nos campos do Irani? Ou seria a designação mero sinônimo de sertanejo, generalização inspirada nos flagrantes recentes de Canudos?

Não se pense que essa estrutura de classes baseava-se apenas na violência. Era todo um sistema de dependências. No topo dessa pirâmide vertical – coronéis, latifundiários, criadores e comerciantes, donos da terra, patriarcas, de grandes famílias, apoiados em extensas redes de parentesco, comandavam hostes de agregados, peões, semiescravos e/ou escravos. Não por mera coincidência, chefes políticos – no Estado, por delegação do governo constituído de “coronéis” e “bacharéis” es-

ses dependentes do Governo Central, de um caudilho como Pinheiro Machado ou de um militar como o Marechal Hermes da Fonseca, o mesmo que inaugurara o exercício do Poder Central pelo sistema dito das “salvações”, ou seja, das intervenções discricionárias nos Estados.

Um desses “coronéis” acendeu o estopim da Guerra, Francisco de Albuquerque, de Curitiba, pedindo ao Governo Federal a intervenção militar; Henrique Rupp, de Campos Novos, assinava, em 1911, com o representante de uma empresa norte-americana o edital de expulsão dos posseiros das terras concedidas, de mão beijada, pelo governo do Paraná àquele truste.

Oposição? Sim havia, quando surgia um conflito de interesses entre coronéis, brigas de vizinhos pela posse da terra, ou de mulher, demarcação fraudada, registro falseado ou título contestado, partidário insumisso – coisa que não podia ser resolvida a ponta de faca ou tiro de Winchester. Um “opositor” como Henriquinho de Almeida, que enfrentava o poderoso Chiquinho de Albuquerque, apresentava-se como “pai da pobreza ou defensor dos fracos”. Depois, muito depois, continuamos a ouvir essa toada.

Em geral, se compunham, porque o vulto dos interesses assim o exigia. “A diferença de condição entre proprietário e camarada era de tal sorte manifesta que suas relações em muito se assemelham às que deveriam existir entre escravos e senhor.” Quem o diz é o General Setembrino de Carvalho, Comandante da expedição militar enviada contra os chamados fanáticos.

Abaixo desses “coronéis”, os posseiros, os caboclos, os roceiros, os ervateiros, os agregados eram obrigados no sistema tipicamente feudal, a prestar serviços gratuitos ao senhor em troca de um pedaço de terra. “Sua pobreza era permanente, como era a necessidade de

sua existência para a conservação do latifúndio e a prosperidade do pistoleiro.” A descrição é de um filho de fazendeiro da região.

Por último, vinham os peões, homens do trabalho pesado, sem eira nem beira, raros assalariados, trabalhando por um prato de comida e um canto no galpão, ganhando um pouco mais nos ervais, ou em três ou quatro meses por ano, nas fazendas de gado. Ocupavam, nessa sociedade rústica, um lugar que mais lembrava os escravos domésticos do que a condição de proletários do campo. E ainda os toreiros ou lenhadores, como os que trabalhavam para encher de madeira os trens da Brasil Railway; e os domadores e taipeiros, que levantavam os muros de pedra. “Em toda Serra Acima eram poucos os assalariados rurais.”

Em vão se buscaria nesse aglomerado uma classe média consolidada. Talvez um embrião dela, abortado, em certos agregados que cultivavam seu pedaço de terra, plantando milho e feijão, criando porcos, em alguns pequenos criadores, empreiteiros do mate, plantadores de fumo, ou vendeiros à margem das picadas; e nos colonos dispersos, alguns alemães acabocados, oriundos da colônia do Rio Negro, ou rutênos desalojados das fazendas cafeeiras de São Paulo. “Tinham perdido todos os traços de sua origem alemã.”

II

Inesperadamente, essa sociedade isolada do mundo, encapsulada em um arcaísmo irrecuperável, se vê envolvida no rodamoinho do processo de globalização desfechado pelas necessidades de expansão do capitalismo internacional, industrial e financeiro.

A Guerra do Contestado começa de fato em um escritório na Pensilvânia, nos Estados Unidos, quando um empresário, aventureiro e

especulador, informado do potencial de riqueza inexplorado dessa região perdida, resolve voltar os olhos para o Brasil como possível campo para suas empresas. Percival Farquhar tinha a obsessão das ferrovias. Sonhava com locomotivas como outros sonham com mulher.

Os “coronéis”, principalmente, os políticos e prefeitos viram nessa arrojada iniciativa à possibilidade de maior circulação de bens em região de difíceis transportes. E sem dúvida, anteciparam grandes lucros. Logo abraçaram a ideia do americano. Do encontro dessas forças de modernização com a sociedade arcaica e seus valores não poderia resultar convívio cordial.

Os nacionalistas da época se inquietaram – Salvador de Mendonça, em 1913 denunciava essa expansão que parecia não ter limites. Em 1914, Alberto Torres acusava o empreendimento de “ocupação imperialista por escalada e por assalto”.

Percival Farquhar, em 1908, adquiriu o controle da São Paulo-Rio Grande e fundou a Southern Brazil Lumber and Colonization Co que passou a ser conhecida como Lumber. Incumbiu o engenheiro Achilles Stenghel de dirigir o empreendimento. Na sua visão, antecipava fartos retornos obtidos com a exploração da madeira cortada nas florestas de araucárias. Sob as araucárias, imbuías centenárias, algumas com 10m de circunferência.

A ferrovia foi inaugurada em 1909 no trecho Porto União a Taquaral Liso pelo Presidente Afonso Pena. A ponte sobre o Rio Uruguai, destruída por uma enchente, foi reconstruída em 1912, de aço, presta serviço até hoje. Stenghel competente e mão de ferro, tocou a obra, a poder de pás e picaretas, sem dispor de maquinários. A ferrovia foi construída em ritmo alucinante de 516m por dia.

A União garantiu à Brazil Railway uma subvenção de 30 contos de réis por quilômetro construído e mais juros de 6% sobre o capital investido pela concessionária. Além disso, obteve a concessão de 15km de cada lado da ferrovia. Para isso iniciou a desapropriação de uma área de 7.000km² (equivalentes a 276.694 alqueires). O Governo brasileiro, ao firmar o contrato com a Brazil Railway declarou as terras devolutas, ignorando os posseiros que a vinham ocupando e cultivando de longa data.

A ferrovia empregou a princípio quatro mil trabalhadores, depois passaram a oito mil, contratados, principalmente, no Rio de Janeiro, pura mão de obra bruta, sem maiores qualificações.

Esses operários, organizados em turmas, eram entregues a taifeiros que recebiam por empreitada e se encarregavam de pagar seus salários. Abasteciam-se, e endividavam-se, nos 13 grandes armazéns da companhia.

Policiaados por serviços de segurança da empresa, a pretexto de protegê-los dos bugres, eram assaltados por bandidos no ato do pagamento, e seus protestos e insubordinações duramente reprimidos. A empresa se comprometera a devolver os operários, findos os trabalhos, a seus lugares de origem. Tal não aconteceu.

Quando os trilhos chegaram às barrancas do Rio Uruguai, foram abandonados à sua sorte. Passaram a vaguar, erráticos, pela região em uma luta de vale-tudo pela sobrevivência. O General Setembrino de Carvalho, com autoridade de Comandante das forças federais que participaram da Guerra, atribuía a esses operários desempregados “o fermento de graves acontecimentos posteriores”.

Em 1911, foram expulsos todos os posseiros que ocupavam a área concedida pelo governo à Brasil Railway. Ao arrepio da Lei de Terras de 1850, então vigente – que proibia a aquisição de terras devolutas a não ser por compra –, o Estado do Paraná reconheceu os direitos da empresa, sem estabelecer qualquer indenização aos posseiros ou prever novas glebas para assentá-los. A época era favorável à advocacia administrativa. Figura eminente da política situacionista e Vice-governador do Estado, Afonso Camargo, era advogado da Brasil Railway.

Não valeu aos posseiros a invocação do usucapião, foram despejados pelos seguranças da empresa, 200 homens comandados por antigo oficial da força pública do Paraná. Os casebres eram incendiados e as famílias lançadas ao mato.

III

Entra aí um novo elemento, acha ardente na fogueira. É o messianismo. Todo messianismo é um movimento de esperança. Traz expectativas de justiça e paz, a visão de um mundo transcendente que surge primeiro anúncio e promessa, depois construção deliberada pela magia, rito, sacrifício. Quando enfrenta resistências, oposições de governos ou dominações o movimento transforma-se em cruzada, seu desfecho é sangrento.

Assim, aparece nas mais diversas culturas, no ocidente cristão, no oriente muçulmano, na Melanésia ou na tribo Tupi. Há muito vai abandonada a ideia de um só messianismo, judaico-cristão. Muitos pesquisadores desde o artigo inaugural de Hans Cohn (1935) vieram a identificá-lo entre os índios tupi nas suas migrações em busca

de um paraíso perdido, faticosamente descritas por Levy Strauss, Emilio Willens, Sergio Buarque de Holanda e Egon Shaden. Curiosamente na última metade do século XIX, quando se gestava na Europa e nos Estados Unidos uma sociedade industrial baseada na máquina, na fábrica e no capital e ao mesmo tempo se eliminavam os últimos resíduos do Antigo Regime na família e na organização social, explodiram movimentos messiânicos na Rússia, no Sudão e no Brasil, talvez os últimos arquejos das sociedades pré-modernas.

O messianismo aparece nesses vários episódios como linha de ruptura nas sociedades arcaicas resilientes à modernização quer social, política ou religiosa. Nesse atormentado século XIX – é bom lembrar, de revoluções decisivas –, repontam esses movimentos de fundo religioso alguns rebentos torcidos de um tronco judaico-cristão.

Não hesitamos em recuperar suas origens em aspirações místicas difusas, embora possam consorciar-se com temas políticos ou ecoar surdas reivindicações sociais. Nascem em uma estrutura social que hoje ainda permanece na retórica dos poderosos e é pretexto maior das repressões que os liquidam. O que torna por vezes difícil ao historiador destrinçar, nessa teia apertada, os fios dominantes, obrigando-o a um verdadeiro trabalho de descodificação.

Razão assiste a Mircea Eliade, ao se referir a esses movimentos messiânicos: “Seria ocioso insistir no caráter político, social e econômico tão evidente é. Mas sua força, sua irradiação e sua credibilidade não residem unicamente em fatores socioeconômicos. Trata-se de movimentos religiosos. Os adeptos esperam e proclamam o fim do mundo, a fim de atingir melhor condição econômica e social – mas, sobretudo porque esperam uma nova criação e uma restauração da criatura humana. Têm fome e sede dos bens terrestres – também

de imortalidade, de liberdade e da beatitude paradisíaca. Para eles o fim do mundo tornará possível a instauração de uma existência beatífica, perfeita e sem fim.”

No caso do Contestado essas perplexidades ecoam nas vozes às vezes discordantes de seus protagonistas. O bravo Capitão Mattos Costa, por exemplo: herói e vítima, achava que “o Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados de suas terras, nos seus direitos e na sua esperança”. Mas reconheceu que a revolta poderia ter sido pacificada “com um pouco de instrução e o suficiente de justiça”. Não foi ouvido. O governo da República não mandou padres, professores ou juizes (porque antropólogos não havia) para intermediar o conflito. Atendeu ao apelo dos “coronéis”, mandou tropa, metralhadoras e canhões.

Pairava nas elites a sombra de Canudos. Pouco mais de duas décadas tinham se passado sobre o massacre do Arraial. O espectro de Antonio Conselheiro assombrava os bem pensantes. A República estava em perigo. A imprensa açulava a repressão. Era “o monarquismo revolucionário” apostado em destruir o regime mais uma vez, romper a unidade do Brasil. E na frase candente de Euclides, na sua descrição, esse era o clima da época: cumpria agir. “E agir era isto – agremiar batalhões.”

Havia em tudo isso trágico equívoco. Na verdade os jagunços do Contestado erguiam as mãos para o céu, clamavam pela monarquia, mas era a monarquia celeste, os exércitos eram celestiais, o Imperador invocado era figura da folia do Divino. Era Carlos Magno, rei de França, retratado no folhetim de cordel, que passava, em todo o interior, de mão em mão, era São Sebastião, anúncio de um reino de paz e justiça. E o messias sem dúvida era o mesmo Dom Sebastião de Canudos, vivo e presente no imaginário popular, agora santificado.

O Contestado se desdobra em duas fases nítidas: a primeira, mística, liderada pelos monges, sucedida por uma fase política em que emergem chefes militares, maragatos, egressos da Revolução Federalista de 1893, que contribuíram com a estratégia militar e a experiência das armas. A mensagem messiânica continua presente nas declarações dos fanáticos, na insistência com que anunciam a Guerra Santa, na espera de São Sebastião e do exército celeste e na nítida demarcação dos acampamentos e redutos como espaços sagrados, cenários de rezas e procissões.

Criou-se, outro equívoco, talvez inspirado em Canudos na opinião pública, e na mídia, uma imagem construída do “fanático”, do inimigo. Seu retrato falado, bosquejado a carvão, traz as tintas do complexo colonialista e do racismo incubado da época. O inimigo era o caboclo. Assim o descrevia a imprensa local: “a primeira característica do caboclo catarinense é a indolência, a inatividade mais absoluta. A maioria não sabe contar além de cem”. O que não os impediu de manejar armas modernas tomadas ao Exército e de lutar duramente, anos, em uma resistência feroz, de árvore em árvore, de penedo em penedo, recuando e atacando, usando a técnica da guerrilha, estratégia dos pobres, que àquele tempo já havia derrotado grandes Exércitos.

Max Weber viu nos movimentos messiânicos alguns elementos comuns: 1) o profetismo; 2) o milenarismo; 3) a mensagem; 4) a vinda do messias; 5) o ritual, magia ou milagre; 6) os crentes; 7) a Guerra Santa, a Cruzada; e 8) o massacre, a morte do líder e a diáspora. Todos esses traços aparecem no Contestado.

O profetismo aparece encarnado nos monges.

Quem eram esses monges? Nada tinham a ver com ordens religiosas, mosteiros beneditinos ou conventos franciscanos. O primeiro de grande fama foi João Maria, depois santificado na credence

popular como São João Maria. Um frade franciscano encontrou-o em Lages, em 1897. Descreveu-o: de estatura mediana, alourado, barba branca. Era abastêmio, vegetariano. Profetizava: dizia-se que tinha vindo do mar, mas parece que fora criado em Buenos Aires, falava com sotaque castelhano. Um sonho o impeliu à pregação, inspirava-se em uma Bíblia interpretada a seu modo que levava em alforje, a tiracolo, com os poucos pertences. Não aceitava dinheiro, só pousada, um pouco de verdura, um naco de queijo e gole de leite. Pedia ao povo que rezasse, plantava grandes cruzeiros pelos caminhos, fazia milagres, diziam que até ressuscitava mortos.

O franciscano Frei Rogério Neuhaus, tentou dissuadi-lo de pregar, aconselhou-o a ter vida social normal, mas o “santo” alegava que, no sonho, recebera a intimação de caminhar pelo mundo profetizando. Sua fama espalhou-se por todo o Sul.

De repente desapareceu, mas até pouco tempo o povo não acreditava na sua morte. Nunca foi político, sua pregação sempre foi mística, até hoje é venerado, tornou-se personagem da literatura de cordel.

Como não reconhecer nesse “santo” um personagem típico do Nordeste – o beato, o penitente retratado nas páginas de Euclides e em outros estudiosos?

Aparece com o largo camisolão, arrimado a um cajado, coberto de rosários e bentinhos, puxando uma cabra que lhe dá o leite de que se alimenta. Como aquele beato José Lourenço, penitente negro, que reuniu adeptos no Sítio Caldeirão, Município de Juazeiro, dando azo a brutal intervenção policial, tudo descrito com talento no romance de Claudio Aguiar. Mas o próprio Antonio Conselheiro não teria começado sua carreira trágica como beato ou penitente? Assim o descreveu Euclides no seu estilo convulso: “Surgiu na Bahia o anacoreta

sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa, face escaveirada, olhar fulminante, monstruoso, dentro de um hábito azul de brim ordinário, abordoado ao clássico bastão em que se apoia o passo tardo dos peregrinos.”

O beatismo é contradição em sociedades pré-modernas, produto de uma religiosidade arcaica, de fé, que não encontra apoio institucional em uma igreja e um clero organizado e atuante. O intenso sentimento religioso disperso nessas populações vitimadas pela miséria, a doença e a exploração dos poderosos, traduz-se na invocação de uma santidade que adota formas e protagonismos inesperados.

O profetismo pode assumir várias formas. O monge, beato ou penitentes difere radicalmente do sacerdote, padre ou pastor, como evidenciou o diálogo de surdos entre José Maria e Frei Rogério Neuhaus. O beato não está vinculado a uma hierarquia, age em função da mensagem que recebeu e vai transmiti-la a uma comunidade carismática. Os “irmãos” se submetem a disciplina rigorosa, a uma ordem, o que implica prêmios e punições, culpa e redenção. Cria-se um ritual – a “forma”, ocasião de rezas, invocações, estímulos e castigos. A lei é rígida. Transgressor é chicoteado, espancado ou morto. Punidos o roubo, o adultério.

Aparentemente tranquilo e inocente o beatismo pode assumir formas caudalosas e tumultuadas, quando se funde em vasto movimento de massas. Arrasta multidões, destrói igrejas e edifícios públicos, provoca até sacrifícios humanos (como em Pedra Bonita e Pernambuco, em 1836) pode assumir ideologias, contaminar partidos e ameaçar governos. Foi o que aconteceu no Contestado. Os fanáticos arrombavam cartórios, queimavam escrituras.

Já o sucessor de João Maria, o Monge José Maria de Agostini, revela traços bem diversos. Trazia biografia, antecedentes, antes de abraçar

a carreira mística. Sua identidade é conhecida: chamava-se na realidade Miguel Lucena da Boa Ventura era desertor da Polícia Militar do Paraná e tinha à sua conta várias tropelias quando apareceu nos sertões de Santa Catarina, por volta de 1911. Assumia a qualidade de irmão de São João Maria, que o incumbira de completar sua missão.

Como seu precursor, ia pelo vasto interior, entre rezas e benditos, mas além de rezador era curandeiro, conhecia a propriedade medicinal das ervas, tratava doentes. Temos receitas de seu próprio punho. Ia mais longe: era organizado, talvez tivesse em mira criar um movimento, seita ou Igreja. Criou a Irmandade. Arregimentava os adeptos em divisões, “os quadros santos”. Um grupo de moças, supostamente virgens, o acompanhava. Inspirado na história do Imperador Carlos Magno escolheu 24 sertanejos, dentre os mais robustos e destemidos para sua guarda pessoal. Denominavam-se os 12 pares de França o que devia ser má interpretação da palavra par. Ora, a pregação de João Maria não era apenas mística, passou a atacar a República.

Foi crescendo o número de seus adeptos. Estabeleceu-se em Taquaruçu onde criou um reduto. Entre os sequazes de José Maria não se achava apenas a arraia miúda dos agregados e peões. Fazendeiros também o seguiam. Tratava e curava suas mulheres.

Entre eles certo Manuel Alves de Assunção Rocha, que, induzido ou não pelo monge, proclamou-se imperador de uma monarquia sul-brasileira. Aceitou e usou o Dom no prenome. Deitou manifesto, “Carta aberta ao povo brasileiro”, datada do reduto de Taquaruçu do Bonsucesso a 5 de agosto de 1914 – exatamente quando começavam a troar na Europa, na frase da historiadora Barbara Tuchman, os “canhões de agosto”, inaugurando a Primeira Guerra Mundial, fruto podre da primeira globalização.

A Carta merece análise. É curiosa mistura de messianismo e bacharelismo. Além do mais reflete uma ideologia. Teria sido redigida por certo negociante, Guilherme Gaertner. É de assinalar a presença desse teuto, como outros tantos entre os fanáticos.

O manifesto é declaradamente monarquista e antirrepublicano, temperado de ideias liberais, às vezes românticas. É também secessionista: demarca o território da monarquia abrangendo as três províncias, (*sic*) do Sul do Brasil, Rio Grande, Paraná e Santa Catarina. Pede a anexação do Uruguai. Garante a liberdade de voto, a liberdade de culto, de imprensa, a unificação judiciária do País, a inviolabilidade do lar, cria o serviço militar obrigatório; não satisfeito, organiza o exército e a armada, dignos da monarquia, e cria o “exército aviador que atualmente está dando resultado na guerra europeia” (mal podia prever que as forças federais teriam pequeno e breve apoio aéreo na fracassada esquadrilha do Tenente Kirk, vítima de uma pane no aparelho, quando tentava sobrevoar os redutos dos rebeldes).

“Prosseguia o manifesto proclamando e reconhecendo o credo católico, apostólico e romano como religião oficial. Decretava a pena de morte pela força e a lei marcial para os inimigos da monarquia. Era protecionista, mas prometia a redução dos impostos de importação e exportação, o livre câmbio e a emissão provisória de um numerário nominal seguido de conversão metálica” (sic).

Transparece nesse documento o dedo de imigrantes, gente alfabetizada e informada nas hostes fanáticas, e, ainda quando “abre os portos do ‘Império’ a todo estrangeiro sem cogitar de raça, crença etc.” e quando considera nacionais todos os estrangeiros que residissem havia mais de dois anos no País. Não parava aí: previa um

esboço de Reforma Agrária, estabelecendo a distribuição gratuita das terras públicas uma espécie de socialização do domínio público.

Esse documento de natureza pré-constitucional reflete as contradições que já cindiam o movimento e sua grande linha de ruptura: de um lado, a facção propriamente política, que aspirava a uma tomada de poder e talvez a uma restauração da monarquia, e a massa fanatizada que continuava a ver nela um reino que não era deste mundo.

José Maria, esse falava em linguagem obscura. Levava consigo a *História de Carlos Magno e dos 12 pares de França*, praticamente a única leitura dos recém-alfabetizados. Frei Rogério Neuhaus tentou trazer o monge à prática da missa convidando-o a confessar-se. O monge chamou a confissão – bobagem. “Confissão e santa missa não valiam nada.” Criticava e corrigia o Padre Nosso.

Participava de festas religiosas em Taquaruçu, montado em cavalo branco, que recebera de presente e, acompanhado por cerca de 300 pessoas – homens, mulheres e crianças. Permaneceu algum tempo nessa localidade presidindo terços, recitando narrativas sacras, contando histórias de Carlos Magno e receitando.

O município era feudo do Coronel Francisco de Albuquerque, fazendeiro, comerciante e farmacêutico que enfrentava a oposição de outro coronel, Henriquinho de Almeida. Foi esse que presenteou José Maria com sua espada de coronel da guarda nacional – gesto simbólico.

A influência do monge crescia. Albuquerque resolveu intimá-lo a vir tratar de uma pessoa doente em sua casa. O monge recusou-se, talvez porque visse em Albuquerque um concorrente no manejo da botica. De qualquer modo o ajuntamento em torno do monge aumentava, tornando difícil dispersá-lo com um simples destacamento policial.

Albuquerque usou o pretexto de uma “coroação” em uma folia do divino, que costuma ser presidida por um “imperador” – um “imperador” festeiro. Telegrafou então para o Governador de Santa Catarina comunicando que “fanáticos haviam proclamado a monarquia no sertão”. O telegrama alarmou as autoridades em Florianópolis, despertando pânico em Curitiba e repercutindo na imprensa do Rio de Janeiro.

O Governador de Santa Catarina afirmou que “o movimento surgido em Taquaruçu era semelhante ao de Canudos”. O Presidente da República, recebeu comunicado de “grave sublevação com intuito de restaurar a monarquia”.

Pairavam no ar desconfianças e ressentimentos criados pelo Contestado, isto é, a questão dos limites entre o Paraná e Santa Catarina. Havia suspeita de forças ocultas por trás de tudo isso. O movimento do monge podia ser manobra dos políticos de Santa Catarina para garantir a vitória na questão judicial pendente de decisão do Supremo Tribunal.

Antes que fossem enviadas forças federais, seguiu para o Arraial um contingente da Polícia Militar catarinense. Com a aproximação da força policial sob o comando do Coronel João Gualberto, lideranças locais promoveram reuniões, tentaram uma intermediação. A sugestão de uma conciliação foi rejeitada por João Gualberto. Segundo Dermerval Peixoto os fanáticos não desejavam luta e propunham dispersar-se pacificamente. O que foi recusado pelo Coronel Gualberto que até já levava cordas para prender os fanáticos. Para isso confiava na sua tropa e na metralhadora que arrastava. Não chegou a ser usada. Caiu em um rio. Emperrou.

Na madrugada o contingente de 64 homens atacou o arraial. Prevenidos, os fanáticos pouco mais de 200, armados de garrucha e de espadas de pau surpreenderam os soldados. Na refrega José Maria caiu morto

e João Gualberto, cercado por um grupo de fanáticos foi trucidado. O monge não foi enterrado, mas deitado em uma cova, coberto de tábuas. Para facilitar sua ressurreição. Os adeptos acreditavam que ele iria ressuscitar a qualquer hora e reapareceria na cidade santa em data certa e prefixada. José Maria apareceu a uma menina. Começam milagres e visões. Então cria força o mito do exército encantado, que teria à sua frente São Sebastião. Tem início a Guerra Santa.

José Maria aparece entre nuvens. Quem não o visse era duramente castigado, chibatado ou sovado a espada. Não escapavam nem as mulheres.

Foi quando os fanáticos começaram a raspar a barba e cortar o cabelo a escovinha. Daí foram chamados de “pelados”, depreciativo que indicava sua condição de pobreza. Por sua vez os inimigos da Santa Religião começaram a ser denominados de “peludos”. Etnólogos constatarem que o corte de cabelo pode ser um traço iniciático ou rito sacrificial. Como em povos, primitivos e bárbaros. Nem se fale na depilação hoje corrente.

Telegramas foram enviados ao Governador do Estado e deste ao Governo Federal. Resultariam em novo movimento de tropas. Frei Rogério Neuhaus foi enviado para tentar dispersar os adeptos de José Maria. Ameaçado de morte, o frade conseguiu partir incólume.

A 8 de fevereiro de 1914, moveu-se o segundo ataque a Taquaruçu, desta vez, com 700 soldados reforçados por canhões e metralhadoras. Apesar da oposição de alguns oficiais, atiraram sobre o arraial. Incendiaram as casas de madeira onde se concentravam 600 mulheres e crianças.

De um oficial da expedição, temos a descrição do efeito desse ataque sobre a Cidade Santa: “O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era pavoroso. Grande número de cadáveres quarenta e tantos, segundos outros noventa e tantos; pernas, braços, cabeças

e animais mortos. Dois cavalos, casas queimadas. Dava pavor e pena o espetáculo que se desenhava aos olhos do expectador. Pavor motivado pelos destroços humanos; pena das mulheres e crianças que jaziam inertes por todos os cantos do reduto.” Os atacantes só tiveram um morto e três feridos.

A guerrilha continua. Os fanáticos resistem de reduto em reduto, de árvore em árvore, trepados até no alto dos galhos. Sucedem-se os líderes. Chefes de experiência militar, vão substituindo os monges, embora continuem em cada reduto as procissões, as “formas”, e todo o ritual introduzido por José Maria. O caráter mágico messiânico persiste até a destruição do último reduto, nos campos do Irani, e a morte ou dispersão dos fiéis.

A Guerra do Contestado durou de outubro de 1912 – quando foram enviadas as primeiras forças para debelar a insurreição – a 8 de fevereiro de 1915, quando caiu o último reduto, Santa Maria, de difícil localização e penoso acesso.

Logo depois, o Supremo Tribunal Federal punha fim ao litígio entre Paraná e Santa Catarina em sentença salomônica – deu 20.000km² ao Paraná dos 48.000km² da área contestada. Parece que também se deveu essa solução à intervenção direta do Presidente Wenceslau Braz.

O conflito cobriu uma área aproximadamente de 25.000 a 28.000km² – quase igual ao Estado de Alagoas, envolveu uma população de 20 mil pessoas. A estimativa dos rebeldes enumera oito mil, mas só a população dos redutos chegava a cinco mil. As forças repressoras regulares contavam seis mil homens. Parece pouco? Representavam um terço do efetivo do Exército nacional na época. A eles se somam os civis, os “vaqueanos”, cerca de mil homens.

O Contestado durou mais tempo e produziu mais mortes que Canudos. Em cinco anos de guerra nove mil casas foram incendiadas e 20 mil pessoas mortas. O custo para o País foi, na época, de cerca de 3.000 contos de réis.

Teria cessado a guerra? O acordo de limites assinado em 20 de outubro de 1916 entre o Paraná e Santa Catarina, não foi aceito pacificamente. Gerou manifestações contrárias. No Contestado Paranaense, em maio de 1917, uma sublevação popular leva ao assassinato de um Monge, Jesus Nazareno. Afinal a homologação do acordo em agosto de 1917 e a criação de novos municípios permitiu o reinício pacífico da colonização, em 1918.

O fogo continua sob as cinzas.

Nos anos de 1950, no Oeste do Paraná, rompeu uma revolta de posseiros que se organizaram para lutar contra a expulsão de suas terras por interesses imobiliários patrocinados pelo Governo do Estado, representado pelo Governador Moises Lupion. A revolta terminou, sem derramamento de sangue, com a vitória dos posseiros e o pleno reconhecimento de seus direitos.

Não houve nesse episódio nenhum traço messiânico. Os tempos haviam mudado. Agora, em uma sociedade secularizada, o tema das sublevações agrárias será a indefinição dos títulos de propriedade ou o esbulho, sem vergonha, dos ocupantes de terras devolutas.

O messianismo, em seu caráter profético diminui, não desaparece nas sociedades modernas. Max Weber, no rastro de Nietzsche considerou fundamental o ressentimento na formação dessa ética singular dos oprimidos. Para eles a distribuição desigual dos bens materiais é causada por uma situação de pecado, isto é, de perda de carisma,

extinguindo toda possibilidade de salvação. Cedo ou tarde a cólera divina irá destruí-los. Para Weber só resta à compensação futura, a esperança. É a que resta hoje aos marginais da civilização, à legião dos oprimidos pela fome, o genocídio, a insegurança e o medo.

Bibliografia

BERNARDET, Jean Claude. *Guerra camponesa no contestado*. São Paulo: [s.n.], 1979.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1962. 2 v.

COHN, Herman. Messianism. In: *Encyclopedia of the social sciences*. New York: [s.n.], 1933. Extensa bibliografia. De lembrar sua concisa definição de Messianismo. “A crença religiosa na vinda de um redentor que terminará a ordem atual das coisas, quer no universo quer em favor de um único grupo, e instituirá uma nova ordem de justiça e felicidade.”

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: [s.n.], 2001.

ELIADE, Mircea. *Aspects du mythe*. Paris: [s.n.], 1966.

GERSON, Brasil. *Pequena história dos fanáticos do consulado*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1955.

LATINI, Sydney. Farquhar e o nacionalismo brasileiro. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 626, maio 2007.

MENEZES, Djacir. *Outro nordeste*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1958.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. *Messianismo e conflito social*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1966.

RIOS, José Arthur. Posse e posseiros no Brasil. *Carta Mensal*, v. 53, n. 634, jan. 2008.

WILLEMS, Emilio. *Assimilação das populações marginais no Brasil*. São Paulo: [s.n.], 1940.

Palestra pronunciada em 9 de outubro de 2012